



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 20, v. 1
jan-abr.2024
p. 72-82

“Mona, eu não tenho que te dar aula”: reflexões sobre a não binaridade de gênero, a interpelação e a prática psi

(“Mona, I don't have to teach you”: reflections on non-binarity of gender, interpellation and psi practice)

(“Mona, no tengo que enseñarte”: reflexiones sobre la no binariedad de género, la interpelación y la práctica psi)

Ana Carolina Padilha da Silva¹

RESUMO: Apesar das recentes mudanças e avanços sociais e políticos que as pessoas não binárias vêm conquistando nos últimos anos, adotar essa identidade de gênero no Brasil ainda representa enfrentar grandes desafios, tão presentes nas populações trans: a falta de reconhecimento social (inclusive dentro da comunidade LGBTQIAP+), a invisibilização das demandas específicas em cuidado de saúde (física, mental e social), as diferentes formas de transfobia e o isolamento social e afetivo. Na primeira parte deste artigo, a partir do relato de minha experiência no mestrado em Psicologia Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, discutiremos acerca da importância de uma formação qualificada e atualizada nas questões de gênero e sexualidade nas graduações e pós-graduações de psicologia. Na segunda parte, a partir da narrativa da história de Mab (pessoa não binária que participou da fase de campo da pesquisa), observaremos os dilemas da fluidez e das interpelações sociais na construção da identidade não binária.

PALAVRAS-CHAVE: identidade não-binária; Psicologia Social; interpelação.

Abstract: Despite the recent changes and social and political advances that non-binary people have been conquering in recent years, adopting this gender identity in Brazil still means facing major challenges, so present in trans populations: the lack of social recognition (including within the community LGBTQIAP+), the invisibilization of specific demands in health care (physical, mental and social), the different forms of transphobia and social and affective isolation. In the first part of this article, based on the report of my experience in the master's degree in Social Psychology at the State University of Rio de Janeiro, we will discuss the importance of qualified and up-to-date training in gender and sexuality issues in undergraduate and graduate courses in psychology. In the second part, based on the narrative of Mab's story (a non-binary person who participated in the field phase of the research), we will observe the dilemmas of fluidity and social interpellations in the construction of a non-binary identity.

Keywords: non-binary identity; Social Psychology; interpellation.

Resumen: A pesar de los cambios recientes y los avances sociales y políticos que las personas no binarias vienen conquistando en los últimos años, adoptar esta identidad de género en Brasil aún significa enfrentar grandes desafíos, tan presentes en las poblaciones trans: la falta de reconocimiento social (incluso dentro de la comunidad LGBTQIAP+), la invisibilización de demandas específicas en el cuidado de la salud (física, mental y social), las diferentes formas de transfobia y el aislamiento social y afectivo. En la primera parte de este artículo, a partir del relato de mi experiencia en la maestría en Psicología Social de la Universidad del Estado de Río de Janeiro, discutiremos la importancia de una formación calificada y actualizada en temas de género y sexualidad en cursos de pregrado y posgrado en psicología. En la segunda parte, a partir de la narración del relato de Mab (persona no binaria que participó en la fase de campo de la investigación), observaremos los dilemas de fluidez e interpelaciones sociales en la construcción de una identidad no binaria.

Palabras clave: identidad no binaria; Psicología Social; interpelación.

1 Graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (2019) e pós-graduação em Psicologia Positiva, Ciência do bem-estar e autorrealização pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: acarolpadilha.psi@gmail.com



Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida’ (Butler, 2017, p. 21).

1 A academia e a psicologia

No presente trabalho, trago à vista os tensionamentos e incômodos que atravessaram minha experiência como pesquisadora em Psicologia Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2022. Esse primeiro ano de mestrado foi marcado por diversas situações de estranhamentos e debates que me apontaram pistas valiosas para uma produção de conhecimento localizado e crítico, ancorado na cartografia como metodologia e aposta de vida. Leticia Nascimento (2021) nos ensina que “como feministas, precisamos aproveitar as dissonâncias como táticas para produzir epistemologias rumo à problematização das realidades sociais nas quais estamos inseridas” (Nascimento, 2021, p. 29). Por esse motivo, acredito que este período na academia nos fornece material para problematizar e colocar em análise as representações sintomáticas de uma academia e de uma psicologia que reproduzem direta ou indiretamente o silenciamento sistemático de saberes subalternos² (Spivak, 2010).

O objetivo principal da minha pesquisa de mestrado é celebrar as relações afetivas com pessoas trans não binárias que existem e resistem em meio ao extermínio sistemático da diversidade sexual e de gênero na sociedade. Ainda, enquanto pesquisadora e psicóloga *queer*³, mantenho o compromisso de contribuir também na luta contra a exclusão de corpos e experiências trans na produção de conhecimento, propondo uma cartografia transfeminista⁴. No entanto, ao falar sobre o tema de minha dissertação, frequentemente eu era confrontada com alguns questionamentos: “Mas qual a necessidade de criar uma outra nomenclatura, uma outra identidade, para afirmar o não lugar do gênero? Isso não é só adicionar mais uma letrinha na já tão cheia sigla LGBTQIAP+?”.

Parecia imediato: ao falar as palavras mágicas “não binaridade”, rapidamente recebia

2 O termo “subalterno” aqui utilizado diz respeito às considerações da autora indiana Gayatri Spivak, que questiona a possibilidade e o espaço de fala do subalterno no discurso intelectual do Ocidente, ressaltando que um discurso que tenta privilegiar sempre um “Outro” (ou Outro do Ocidente, como ela o nomeia (Spivak, 2010, p. 54) fora de si mesmo pode acabar reforçando, em alguma medida, um sistema de exclusão.

3 A identidade *queer* (na língua inglesa) ou “*kuir*” na realidade brasileira diz respeito ao termo guarda-chuva utilizado para definir minorias sexuais e de gênero, remetendo à vivências marginalizadas e subalternas historicamente por sua ambiguidade e fluidez de sexo e/ou gênero, assim como as identidades sapatão, bicha e travestis

4 Sigo as pistas dadas por Jaqueline Gomes de Jesus (2013, p. 5) para uma escrita transfeminista a partir de alguns princípios: “(1) redefinição da equiparação entre gênero e biologia; (2) reiteração do caráter interacional das opressões; (3) reconhecimento da história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgênera de forma geral como elementos fundamentais para o entendimento do feminismo; e (4) validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgêneras ou cisgêneras, o que leva ao fato de que, por sua constituição, o transfeminismo pode ser útil para qualquer pessoa que não se enquadra no modelo sexista de sociedade que vivemos, não apenas as transgêneras”.



“contribuições” (ou protestos?) de alguns colegas mestres, doutores, e professores pontuando que a separação do movimento trans “*em mais uma nomenclatura*” tornava difícil e cansativo o entendimento das demandas e reivindicações dessa “nova identidade”, como se esta subdivisão fosse puramente ontológica e teórica, já que na prática seria impossível desfazer o gênero. Ao mesmo tempo em que respondia a esses questionamentos e pontuações, surgiam algumas perguntas importantes que norteiam a escrita deste artigo: a que ou a quem servem esse tipo de questionamento, afinal de contas, vindo da academia e da psicologia? Não é esse o mesmo pensamento colonial que, frente a qualquer sinal de fuga às normativas dominantes, insiste em questionar, diminuir, subjugar, ameaçar, até exterminar as subjetividades dissidentes? Não é dessa mesma forma que se minimiza a força política dos movimentos?

Ao discutir sobre a colonização do inconsciente, Grada Kilomba (2019) nos ensina que as constantes perguntas (no caso dela, sobre raça e cabelo) não necessariamente são expressão de um verdadeiro interesse, mas muitas vezes representam um ato colonial. Segundo a autora, a retórica discursiva dominante branca constrói conhecimentos tendo suas narrativas e pontos de vista como normas, excluindo experiências e vivências negras, marginalizando-as, subalternizando-as da produção de saberes. Ao falar sobre o campo acadêmico, Kilomba (2019) nos convoca a pensar sobre a suposta neutralidade da academia como um campo de sabedoria, ciência e erudição, mas também como um espaço de violência: “Aqui nós fomos descritas, classificadas, desumanizadas, primitivizadas, brutalizadas, mortas. Este não é um espaço neutro” (Kilomba, 2019, p. 51).

Paralelamente, a não binaridade enquanto transidentidade emergente surge enquanto dispositivo de análise da força da cisheteronormatividade nos discursos vigentes, atravessando os saberes populares, acadêmicos e médicos. Por meio dos paradigmas e dilemas da fluidez, da exploração das fronteiras identitárias enquanto categorias solúveis e voláteis, a identidade não binária provoca e atualiza os entendimentos absolutos e rígidos acerca do sistema⁵ de sexo e de gênero.

A contribuição de autoras e autores pós-estruturalistas na área dos estudos de gênero (Bento, 2011; Butler, 2022, 2003; Preciado, 2020) tem sido essencial para possibilitar uma desestabilização desta cisgeneridade enquanto norma, desnaturalizando a diferenciação sexual binária que define no nascimento o que é “normal”, esperado de um bebê que nasce com pênis ou com vagina (macho/fêmea). Ao propor que o gênero seja um conjunto de atos repetidos, estilizados e “cristalizados no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2003,

5 Nas pistas fornecidas por Viviane Vergueiro (2018), o uso da palavra “sistema” têm o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional (“cistêmico”) de perspectivas e normativas cis+sexistas, que insistem em excluir, minimizar e silenciar vivências e corpos não cisgêneres (Vergueiro, 2018, p. 15).



p. 59), Judith Butler (2003) nos aponta também para a possibilidade de gênero enquanto “artifício flutuante, com a consequência de que *homem e masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher e feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino” (Butler, 2003, p. 24).

Além disso, com cada vez mais inserção de corpos dissidentes na academia, na política e nas áreas de saúde, o pensamento científico se depara com cada vez mais tensionamentos epistemológicos e históricos acerca da normalidade e das patologias. As bichas, as sapatonas, as travestis, as trans*viadas, passam a reivindicar seu lugar na produção de saber e conhecimento não como “o outro”, as desviantes, a alteridade a ser estudada pelo saber cis científico, mas trazendo seu saber subalternizado (Spivak, 2010) para o espaço de quem fala, transformando e reformulando, a partir de suas experiências e vivências, o campo de conhecimento.

Ao longo da escrita da dissertação, defendo que ter uma identidade é ter um território, e o não lugar, como a fronteira, é também um lugar, ainda que não seja reconhecido e legitimado como tal. O não lugar diz de uma experiência específica, de uma subjetividade que se constrói com entraves, complexidades, paradoxos, potências e violências; como identidade, a não binaridade é também uma forma de viver fronteira, como uma aposta num lugar transicional, onde os resíduos emocionais de quem habita aquele território (da própria história ou a história de seu povo) se misturam com limites não naturais⁶ (Anzaldúa, 1987, p. 3), impostos unicamente por divisões políticas de Estados-nações, nem sempre reconhecidos por quem o habita. Ainda que as nações-estruturas sejam abolidas, os saberes fronteiros vêm de algum lugar, com resquícios de estruturas que já se foram, que os *produziram* enquanto resistência, como uma resposta.

Assim, surgem outras possibilidades de existências e identidades, outros territórios para habitar e, em última instância, outras formas de pertencimento. Argumento ainda que não se esquece o gênero, ou seja, não desaparecem a socialização e a criação binária quando se assume a identidade não binária: na não conformidade com as expectativas cisnormativas, não se vive mais de acordo com as amarras e limites sociais impostas pelo órgão genital, se extrapola, se reivindica um outro lugar para pertencer e existir.

Aponto também que, segundo Maria Lugones (2014), filósofa argentina do campo do feminismo descolonial, o debate sobre o gênero precisa considerar o fenômeno da colonialidade como marca temporal, simbólica e social das relações modernas. A autora explica que a colonialidade faz uma distinção hierárquica dicotômica, inclusive entre homens e mulheres, e que esta se tornou a marca da civilização. Essa separação designou os povos indígenas das Américas (e pessoas

6 Tradução livre do trecho “A borderland is a vague and undetermined place created by the emotional residue of an unnatural boundary” (Anzaldúa, 1987, p. 3).



africanas escravizadas) como espécies não humanas, animais selvagens e sexuais, reservando o posto de ser civilizado para o “homem europeu burguês, heterossexual, cristão, apto a decidir e para a vida pública e o governo” (Lugones, 2014, p. 939); a mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês (Lugones, 2014, p. 939). Os entendimentos da separação dicotômica e hierárquica dos papéis e funções de homens e mulheres permeiam e se perpetuam na construção das relações até hoje, por meio da colonialidade de gênero (Lugones, 2014, p. 939).

Afirmar a não binaridade é, frequentemente, explicado e resumido por “não identificação com o gênero masculino ou feminino”. Tendo em vista a multipluralidade dos saberes fronteiriços em Anzaldúa (1987) e a descolonização de Lugones (2014), penso que seria imprescindível deixarmos de ver-pensar-produzir a não binaridade apenas como uma negação do gênero binário, como poderia fazer supor sua nomeação. Ao adotar a negação, adota-se um referencial do antigo regime, pré-moderno, retira-se justamente o caráter afirmativo da identidade como um lócus produtivo e político.

No limite, defendo que a não binaridade enquanto transidentidade se aproxima de uma afirmação de um desejo de viver de forma libertária, transformando as estruturas sociais generificadas, desenvolvendo ferramentas para a construção de outros lugares subjetivos. Entender simplesmente a não binaridade como uma negação da própria identidade, como se fosse uma fuga dentro de um sistema *apenas* ou uma negação de si enquanto homem ou mulher, é insuficiente: o caráter de resistência da identidade não binária transcende essa definição. Nega-se ser Mulher ou Homem (nesse sentido universal e estereotipado, no popular “Mulher com M maiúsculo” ou “Homem com H maiúsculo” significa mulher ou homem “de verdade”) mas nega-se, principalmente, estar dentro deste sistema de poder e submissão, nesta escala hierárquica definida pelo órgão genital, desta forma muitas vezes endurecida, violenta e opressora.

Vale ressaltar que é inegável a participação das práticas psi (psiquiatria e psicologia) na perpetuação desse mesmo sistema de gênero. A diferenciação sexual definida no nascimento é amplamente disseminada pelo senso comum (ou se nasce macho ou fêmea, não há possibilidade de transgressão do que é biológico), mas também é retroalimentada e respaldada principalmente pelo pensamento científico. Como explica Berenice Bento (2012), o discurso médico deixa vestígios na formação e construção subjetiva da sociedade, que perpetua concepções e entendimentos datados acerca do corpo sexual, imprimindo-as nas bases de documentos como DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e CID (Classificação Internacional de Doenças).



Desde a década de 1950, não havia diferença entre sexo, sexualidade e gênero no DSM IV, por exemplo, e os transtornos de identidade de gênero eram definidos de acordo com os deslocamentos do gênero em relação ao sexo biológico. A coerência era esperada e compulsória, e qualquer transgressão era imediatamente entendida e diagnosticada enquanto doença.

[No DSM IV], O masculino e o feminino só se encontram por intermédio da complementaridade da heterossexualidade. Quando há qualquer nível de descolamento, deve haver uma intervenção especializada, principalmente de algum especialista nas ciências psi, para restabelecer a ordem e a ‘coerência’ entre corpo, gênero e sexualidade. É esse mapa que fornecerá as bases fundamentais para a construção do diagnóstico de gênero (Bento, Pelúcio, 2012, p. 571).

A partir de 2018, com a atualização da CID 11, a transexualidade sai da categoria de transtornos mentais para integrar o de “condições relacionadas à saúde sexual” e é classificada como “incongruência de gênero”. Apesar de toda uma movimentação global e de diversas lutas e conquistas políticas para separar as experiências e performances de gênero de transtornos ou distúrbios, é interessante pensar em como ainda hoje o discurso médico e científico age como um regulador do corpo dissidente; por esse mesmo motivo, inclusive, acontecem as intervenções ou mutilações cirúrgicas em pessoas intersexo ao nascimento, para “corrigir” suas genitálias ambíguas, ou o tratamento hormonal compulsório na infância para que desenvolvam características “de homem” ou “de mulher”, fazendo urgente uma definição coerente.

Além disso, algumas práticas psi continuam reproduzindo tendências patologizantes, colonizadoras e cisheteronormativas, como é o caso da chamada “cura gay”. Apesar de ser proibida no Brasil, a “cura gay” consiste em terapias que buscam a conversão sexual (ou das variações de identidades e expressões de gênero), ou seja, o que é lido como doença e desvio.

Muitos profissionais da Psicologia no Brasil ainda consideram a homossexualidade um transtorno mental ou um desvio daquilo que se consideraria, apesar da ausência de evidências empíricas e dos aspectos bioéticos implicados nestes julgamentos. De acordo com a literatura, esses profissionais frequentemente praticam intervenções que visam mudar ou reparar a homossexualidade. [...] A análise mostrou que 29,48% dos(as) profissionais exibem atitudes corretivas quando solicitado pelo(a) paciente, e 12,43% quando não (Vezzosi; Almeida Segundo; Ramos; Costa, 2019, p. 1).

Finalmente, tendo em vista as afetações provenientes de meu campo de pesquisa, da academia e da psicologia, tornou-se imprescindível que meus escritos seguissem o caminho que aponta Viviane Vergueiro (2018, p. 23) ao questionar: “Afim, o texto acadêmico se dirige às pessoas trans, às travestis, às mulheres e homens trans e transexuais, ou se restringe a falar sobre elas, supondo (e produzindo) nossa inexistência na academia? E, se fala sobre elas, fala sobre elas para quem, e para quê?”.

Ao pesquisar sobre a construção da família e das relações de afeto e “pesquisar (com)”



(Alvarez; Passos, 2009; Moraes, 2010; Pozzana e Kastrup, 2009) pessoas trans não binárias, portanto, intenciono somar na construção de maneiras efetivas e eficazes de tornar os espaços seguros entre pessoas cis, a começar por desnaturalizar a cisgeneridade enquanto norma nas relações afetivas. Mas, além disso, entendo que, ao problematizar e discutir as dificuldades encontradas na realização de minha pesquisa, reforço a importância de atualizar e qualificar as formações em psicologia para as temáticas e especificidades não binárias, possibilitando a formação de profissionais éticos, sensíveis, e que somem de fato na construção de uma sociedade mais diversa, libertária e com menos violências e exclusões aos corpos considerados “minorias sexuais e de gênero”.

2 A interpelação e a re-afirmação da identidade não binária

Mab⁷ (ela/dela) fuma um cigarro enquanto compartilha sua história, em entrevista realizada em sua casa, em dezembro de 2022, compondo a fase de “campo”⁸ de minha pesquisa de mestrado. Ela se identifica enquanto pessoa trans não binária, tem 24 anos, é negra, e está terminando a graduação de arquitetura. Sua fala registra seu sofrimento psíquico ao longo dos últimos cinco anos, tendo passado por sete tentativas de suicídio, sempre relacionadas à transição de gênero, tentando entender quem ela é. Sentia que não era aceita dentro dos espaços, numa ambiguidade do ser ela mesma; depois de sua quinta internação na Clínica da Gávea (clínica psiquiátrica no Rio de Janeiro), deu início ao processo de retificação para o nome social e passou a se “rotular” como pessoa não binária. Mab ressalta que o trabalho conjunto de sua psicóloga, seu psiquiatra e a psicóloga de sua mãe é um grande privilégio, essencial para sua recuperação depois da última internação e para que se sinta entendida e abraçada pela sua família.

A história de Mab reforça a discussão neste artigo sobre a importância de uma prática psi que seja atualizada nas questões de gênero e sexualidade da contemporaneidade, principalmente no que diz respeito às especificidades de pessoas que se identificam como trans não binárias; além disso, nos mostra um caminho para começar a entender os efeitos da interpelação (Butler, 2003, 2017) com o “Outro” na sociedade para a construção da não binaridade enquanto transidentidade.

Durante a entrevista de Mab e também em outras entrevistas que fiz durante a pesquisa, senti que aquele espaço não era de uma pesquisa neutra e distante, mas também um espaço de acolhimento, com possibilidade de falar sobre si, contar sua história, partilhar suas dores; percebi

7 Os nomes utilizados foram alterados para preservar o sigilo e a ética da pesquisa. No entanto, entendendo que a escolha do nome social é um processo importante para representar particularidades e especificidades de cada sujeito, as pessoas entrevistadas foram consultadas sobre a mudança.

8 Minha pesquisa de mestrado ainda está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ, tendo passado pelo exame de qualificação no mês de maio de 2023. O presente texto trata das primeiras questões e reflexões que vão sendo construídas ao longo da pesquisa, com um trabalho de campo ainda em sua fase inicial.



que, apesar dos olhos das pessoas entrevistadas marejarem em alguns momentos, havia uma disposição de tocar em suas feridas para que outras pessoas soubessem daquelas dificuldades invisibilizadas, incompreendidas, inimagináveis, das violências que enfrentavam ao se afirmarem enquanto pessoas não binárias.

Em tom de frustração e desabafo, ao final de sua entrevista, Mab compartilha que um de seus principais questionamentos é: o que as pessoas querem para que a reconheçam e a respeitem (enquanto pessoa)?

Eu fico me perguntando, é o que? A barba? O preconceito enraizado? Eu acho que é isso do enraizado. Parece que eu tenho que usar uma peruca, estar montada, parece que é isso. Parece que as pessoas querem isso, entendeu? Parece que elas querem uma bandeja de feminilidade para, de fato, rolar um respeito. Parece que elas querem um silicone, só que não é isso, não sou eu. Como assim, o que que vocês querem? Às vezes, dá vontade de perguntar: ‘E aí, o que que você quer?’, dá vontade de perguntar. E aí, entra naquela questão do palestrinha, né? Tipo, mona, eu não tenho que te dar aula. Você tem uma ferramenta chamada de internet, você tem uma ferramenta chamada pesquisa. Se você não sabe e quer muito saber, por que você nunca pesquisou? Você tem acesso (Trecho da entrevista de Mab, dezembro de 2022).

Apesar de, naquele momento, estar falando sobre as interações que tem com os clientes do local em que trabalha, Mab nos relembra de que o não entendimento sobre determinada questão é possível, comum, mas que se manter nesse lugar é também uma escolha. Mais ainda, esperar que o outro o sirva se explicando, fazendo inteiramente o trabalho pedagógico sobre sua identidade, é uma atitude que constrange cotidianamente e repetidamente o surgimento de novas possibilidades de existência.

Segundo Oliveira, Pereira e Miranda (2020), “o indivíduo no mundo ocidental foi socializado sob um processo estrutural de inteligibilidade em pares dicotômicos excludentes e hierarquizados” (Oliveira; Pereira; Miranda, 2020, p. 339). Por esse motivo, a realidade é organizada em categorias dicotômicas que se inter-relacionam num sistema binário de compreensão: rico/pobre, homem/mulher, branco/negro, heterossexual/homossexual etc. Em última instância, esses pares representam uma estrutura relacional de poder e dominação, que definem socialmente os corpos humanos e os corpos abjetos – isto é, pobres, mulheres, negro(as), pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência, não civilizadas, anormais.

Nesse sentido, como explica Althusser (1996), para que os sujeitos se identifiquem e se reconheçam nessas categorias, existe um processo de assunção, de assujeitamento, que o autor denomina enquanto interpelação. Judith Butler (2003, 2017) acrescenta à teoria da interpelação de Althusser (1996) explicitando que, onde há uma voz que aponta e nomeia o outro enquanto sujeito, há também um desejo prévio por essa inteligibilidade, “uma cumplicidade apaixonada pela lei, sem a qual nenhum sujeito pode existir” (Butler, 2017, p. 115).



O interpelado é obrigado a se virar para a lei antes de qualquer possibilidade de fazer uma série de perguntas críticas: Quem está falando? Por que eu deveria me virar? Por que eu deveria aceitar os termos pelos quais sou chamado? [...] Antes de qualquer possibilidade de uma compreensão crítica da lei existe uma abertura ou vulnerabilidade à lei, exemplificada na virada para a lei, na antecipação da escolha de uma identidade através da identificação com quem infringiu a lei (Butler, 2017, p. 115).

Desta forma, Butler (2017) afirma que a interpelação do indivíduo em sujeito necessita de uma busca pelo reconhecimento, a partir da “disposição que sugere que, antes da resposta, o sujeito (as identidades) já mantém de certo modo uma relação com a voz (que o nomeia)” (Butler, 2017, p. 121). Esta busca por respeito ou reconhecimento parece estar presente no discurso de Mab ao nos contar sobre sua vontade de perguntar “O que vocês querem?” aos sujeitos que insistem em lhe chamar no masculino, apesar das correções que ela faz.

Para bell hooks (1992), “a ausência de reconhecimento é uma estratégia que facilita que se faça de determinado grupo ‘o Outro’”, (Hooks, 1992, p. 339-340). Nesta fala de Mab, parece que repetidamente esta ausência de reconhecimento de seu corpo-político nos espaços sociais é ainda bastante dolorida, atravessando seu processo de afirmação e a própria construção de sua identidade não binária. Assim, entendo que é preciso um exercício constante de descentralizar a cisgeneridade como definidora das possibilidades legítimas de gênero (Vergueiro, 2018, p. 67), processo que, muitas vezes, por ser repetido diariamente, pode ser adoecedor.

Ao longo da entrevista, Mab menciona diversas vezes o quanto obter o reconhecimento e aceitação de sua mãe foi difícil, mas essencial para sua vida enquanto pessoa não binária e seu processo de recuperação de sua saúde mental – processo esse que só foi possível a partir da intervenção e agenciamento entre os profissionais psis envolvidos, como mencionado acima. Tomando esta prática tão sensível, importante e necessária destes profissionais como exemplo a ser seguido, a reflexão para a psicologia é: nossas formações e nosso campo como um todo estão preparando profissionais que saibam acolher os adoecimentos produzidos pela violência cisgênera e pela transfobia? Qual o caminho que ainda precisa ser percorrido para que nossas intervenções não reforcem ou contribuam para a generificação binária compulsória dos sujeitos, independentemente da abordagem ou atuação, mas que legitimem as experiências e vivências de pessoas trans, travestis e não binárias?

3 Considerações finais

Que possamos, a partir deste relato de experiência e da vivência compartilhada por Mab, assumir uma postura crítica às nuances da cisnormatividade presentes em nossos discursos e práticas. Como diz Preciado (2020),



Meu corpo trans existe como realidade material, como trama de desejos e práticas, e sua inexistente existência coloca tudo em xeque: a nação, o júri, o arquivo, o mapa, o documento, a família, a lei, o livro, o centro de internação, a psiquiatria, a fronteira, a ciência, deus. Meu corpo trans existe (Preciado, 2020, p. 224).

A possibilidade de mobilidade das categorias e performances de gênero da não binaridade nos convoca a desnaturalizar a cisgeneridade como organizadora não só das relações de afeto, mas também dos espaços de saúde, de trabalho, da educação, do conhecimento e da realidade. Que criemos, então, cada vez mais tensionamentos, barulhos, chacoalhando as estruturas deste sistema para criar outros referenciais, e, em última instância, tornar este um mundo onde pessoas trans, travestis e não binárias queiram viver, amar e existir.

Referências

ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 131-149.

ANZALDÚA, G. E. *Borderlands/La frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute, 1987.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2): 548-559, maio-agosto de 2011.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto de 2012.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão de identidade. 22ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão de identidade. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

HOOKS, B. Representing Whiteness in the Black Imagination. In: GROSSBERG, L.; NELSON, C.; TREICHLER, P. (ed.). *Cultural Studies*. Londres: Routledge, 1992. p. 338-342.

JESUS, J. G. de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, 2013, Florianópolis. *Anais [...]*. [S. l.]: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329021_ARQUIVO_FEMINISMOEIDENTIDADEDEGENERO.pdf. Acesso em: 01 mai. 2023.



KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, M. Debate colonialidade do gênero e feminismos descoloniais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014. p. 935-952.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. (org.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau, 2010. p. 26-51.

NASCIMENTO, L. C. P. do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, A. C. A.; PEREIRA, A. G.; MIRANDA, M. H. G. de. A interpelação do indivíduo em sujeito ou a gramática do sujeito: identidades, desejo e racismo em Judith Butler, Lélia Gonzalez e Grada Kilomba. *Poliética*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 338-360, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/PoliEtica/article/view/52129>. Acesso em: 01 mai. 2023.

POZZANA, L.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa- intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.

PRECIADO, P. B. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

VERGUEIRO, V. *Sou travestis: estudando a cisgeneridade como uma possibilidade decolonial*. Brasília, DF: Padê, 2018.

VEZZOSI, J. I. P.; RAMOS, M. M.; ALMEIDA SEGUNDO, D. S.; COSTA, A. B. Crenças e Atitudes Corretivas de Profissionais de Psicologia sobre a Homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 39, n. 3, e228539, p. 174-193, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/nnSsGPNfcPSkBb69ks7H7fM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 mai. 2023.

